

BOLETIM DE SERVIÇO

Nº 716, de 09 de fevereiro de 2026



**EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES – EBSEH
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE LAGARTO – HUL**

Avenida Brasília, s/n – Bairro Novo Horizonte | CEP: 49400-000

Lagarto-SE Telefone: (79) 3632-2203

CAMILO SANTANA

Ministro da Educação

ARTHUR CHIORO

Presidente

SANDRA AIACHE MENTA

Superintendente / HUL-UFS

ALEXANDRE MACHADO DE ANDRADE

Gerente de Atenção à Saúde / HUL-UFS

ALLAN DANTAS DOS SANTOS

Gerente de Ensino e Pesquisa / HUL-UFS

JOSÉ PEDRO PENTEADO PEDROSO

Gerente Administrativo / HUL-UFS

SUMÁRIO

Portaria - SEI nº 061, de 09 de fevereiro de 2026.....	4
Portaria - SEI nº 062, de 09 de fevereiro de 2026.....	6
Portaria - SEI nº 063, de 09 de fevereiro de 2026.....	9
Portaria - SEI nº 064, de 09 de fevereiro de 2026.....	11
Portaria - SEI nº 065, de 09 de fevereiro de 2026.....	16
Portaria - SEI nº 066, de 09 de fevereiro de 2026.....	20

Portaria - SEI nº 061, de 09 de fevereiro de 2026

Constitui Equipe de Planejamento da Contratação

O Superintendente em exercício do Hospital Universitário Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro da Universidade Federal de Sergipe - HUL-UFS, filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria-SEI nº 2629, de 04 de novembro de 2025, da Diretoria de Gestão de Pessoas da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares –Ebserh, publicada no Boletim de Serviço nº 2167, de 05 de novembro de 2025; e considerando o disposto na Portaria nº 08/2019, publicada no Boletim de Serviço nº 518 de 09/01/2019 que delega competências aos Hospitais Universitários Federais para a prática de atos de gestão;

CONSIDERANDO o Plano Anual de Compras - **PAC**, aprovado pelo Colegiado Executivo, conforme processo SEI nº 23817.016039/2025-14;

CONSIDERANDO o disposto no **REGULAMENTO DE COMPRAS E CONTRATOS da EBSEH versão 3.0**, que trata das regras e diretrizes do procedimento de contratação de bens e serviços, onde, em seu **art. 22º**, estabelece o procedimento de designação formal da equipe de Planejamento da Contratação;

CONSIDERANDO que a Equipe de Planejamento da Contratação trata-se do conjunto de colaboradores que reúnem as competências necessárias à completa execução das etapas de Planejamento da Contratação, o que inclui conhecimentos sobre aspectos técnicos e de uso do objeto, licitações e contratos, dentre outros, conforme disposto no **art. 22º do REGULAMENTO DE COMPRAS E CONTRATOS da EBSEH (RCC versão 3.0)**;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23817.001217/2026-85.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir a Equipe de Planejamento de Contratação de Curso "*In Company*" de Formação de Instrutores em Simulação Realística vinculados ao Hospital Universitário Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro – HUL/UFS, conforme Processo SEI nº 23817.001217/2026-85.

Art. 2º A Equipe composta por esta Portaria será integrada pelos seguintes empregados:

- Rívia Siqueira Amorim - SIAPE: 100****- **Coordenadora da EPC**
- José Lucas dos Santos - SIAPE: 104 - **Membro da EPC**
- Paulo César Nascimento Almeida – SIAPE: 304***- **Membro da EPC**
- Lourrana Teixeira Santana - SIAPE: 334***- **Membro da EPC**

Art. 3º Compete à Equipe de Planejamento da Contratação:

- Elaborar o Estudo Técnico Preliminar - ETP e Análise de Riscos (pós ETP, pós TR / PB) "Dispensável, nos termos do § 1º do art. 20 do RCC 3.0;"
- Elaborar o Termo de Referência - TR / Projeto Básico - PB;
- Realizar o estudo de mercado e a pesquisa de preços;
- Acompanhar as demais fases da contratação, atuando na pronta resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e impugnações;
- Emitir Parecer sobre ajustes de descritivos, quando necessário;
- Emitir manifestação técnica, quando solicitado pelo(s) agente(s) de contratação, a fim de subsidiar sua decisão; e
- Outras atividades necessárias à completa execução da etapa de planejamento da contratação e apoio técnico à seleção do fornecedor.

Parágrafo Único. A responsabilidade pelas atividades acima elencadas é de todos os integrantes da EPC, que deverão contribuir com sua elaboração e conferência, formalizadas pela assinatura dos documentos.

Art. 4º O prazo para conclusão das atividades do planejamento da contratação, observando o 1º dia útil após a publicação da portaria de nomeação no Boletim de Serviço, é de:

I - 60 (sessenta) dias corridos, para bens e serviços comuns, sem dedicação exclusiva de mão de obra;

II - 120 (cento e vinte) dias corridos, para bens e serviços especiais, obras e serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.

Parágrafo único. Caso seja necessário prazo diverso do inicialmente previsto, a Coordenação da EPC deverá encaminhar expediente à GAD contendo cronograma para realização das atividades, a fim de dar previsibilidade necessária à organização da agenda de licitações e contratações desta unidade hospitalar.

Art. 5º Em atenção ao art. 22, § 5º, do RCC versão 3.0, compete ao coordenador da Equipe de Planejamento da Contratação acompanhar e priorizar as atividades da equipe, informando à autoridade competente, caso seja necessário prorrogar o prazo inicialmente estabelecido.

Art. 6º O presente ato revoga eventuais designações anteriores.

Art. 7º Esta Portaria - SEI entra em vigor na data de sua publicação e tem vigência até a celebração do contrato e/ou assinatura da ata de registro de preços.

ALLAN DANTAS DOS SANTOS

Portaria - SEI nº 062, de 09 de fevereiro de 2026

Constitui Equipe de Planejamento da Contratação

O Superintendente em exercício do Hospital Universitário Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro da Universidade Federal de Sergipe - HUL-UFS, filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria-SEI nº 2629, de 04 de novembro de 2025, da Diretoria de Gestão de Pessoas da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares –Ebserh, publicada no Boletim de Serviço nº 2167, de 05 de novembro de 2025; e considerando o disposto na Portaria nº 08/2019, publicada no Boletim de Serviço nº 518 de 09/01/2019 que delega competências aos Hospitais Universitários Federais para a prática de atos de gestão;

CONSIDERANDO o Plano Anual de Compras - **PAC**, aprovado pelo Colegiado Executivo, conforme processo SEI nº 23817.016039/2025-14;

CONSIDERANDO o disposto no **REGULAMENTO DE COMPRAS E CONTRATOS da EBSEH versão 3.0**, que trata das regras e diretrizes do procedimento de contratação de bens e serviços, onde, em seu **art. 22º**, estabelece o procedimento de designação formal da equipe de Planejamento da Contratação;

CONSIDERANDO que a Equipe de Planejamento da Contratação trata-se do conjunto de colaboradores que reúnem as competências necessárias à completa execução das etapas de Planejamento da Contratação, o que inclui conhecimentos sobre aspectos técnicos e de uso do objeto, licitações e contratos, dentre outros, conforme disposto no **art. 22º do REGULAMENTO DE COMPRAS E CONTRATOS da EBSEH (RCC versão 3.0)**;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23817.001208/2026-94.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir a Equipe de Planejamento de Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de buffet para eventos institucionais do Hospital Universitário Monsenhor João Batista de Carvalho Dalto – HUL/UFS, conforme Processo SEI nº 23817.001208/2026-94.

Art. 2º A Equipe composta por esta Portaria será integrada pelos seguintes empregados:

- Luan Silveira dos Santos - SIAPE: 303****- **Coordenador da EPC**
- Tarcisio Bento Vitorino - SIAPE: 350 - **Membro da EPC**
- Paulo César Nascimento Almeida – SIAPE: 304***- **Membro da EPC**
- Ismael Rodrigues Costa - SIAPE: 351 ***- **Membro da EPC**
- Rafael Pinto Lourenço - SIAPE: 100 ***- **Membro da EPC**

Art. 3º Compete à Equipe de Planejamento da Contratação:

- Elaborar o Estudo Técnico Preliminar - ETP e Análise de Riscos (pós ETP, pós TR / PB) "Dispensável, nos termos do § 1º do art. 20 do RCC 3.0;"
- Elaborar o Termo de Referência - TR / Projeto Básico - PB;
- Realizar o estudo de mercado e a pesquisa de preços;
- Acompanhar as demais fases da contratação, atuando na pronta resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e impugnações;

- Emitir Parecer sobre ajustes de descritivos, quando necessário;
- Emitir manifestação técnica, quando solicitado pelo(s) agente(s) de contratação, a fim de subsidiar sua decisão; e
- Outras atividades necessárias à completa execução da etapa de planejamento da contratação e apoio técnico à seleção do fornecedor.

Parágrafo Único. A responsabilidade pelas atividades acima elencadas é de todos os integrantes da EPC, que deverão contribuir com sua elaboração e conferência, formalizadas pela assinatura dos documentos.

Art. 4º O prazo para conclusão das atividades do planejamento da contratação, observando o 1º dia útil após a publicação da portaria de nomeação no Boletim de Serviço, é de:

I - 60 (sessenta) dias corridos, para bens e serviços comuns, sem dedicação exclusiva de mão de obra;

II - 120 (cento e vinte) dias corridos, para bens e serviços especiais, obras e serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.

Parágrafo único. Caso seja necessário prazo diverso do inicialmente previsto, a Coordenação da EPC deverá encaminhar expediente à GAD contendo cronograma para realização das atividades, a fim de dar previsibilidade necessária à organização da agenda de licitações e contratações desta unidade hospitalar.

Art. 5º Em atenção ao art. 22, § 5º, do RCC versão 3.0, compete ao coordenador da Equipe de Planejamento da Contratação acompanhar e priorizar as atividades da equipe, informando à autoridade competente, caso seja necessário prorrogar o prazo inicialmente estabelecido.

Art. 6º O presente ato revoga eventuais designações anteriores.

Art. 7º Esta Portaria - SEI entra em vigor na data de sua publicação e tem vigência até a celebração do contrato e/ou assinatura da ata de registro de preços.

ALLAN DANTAS DOS SANTOS

Portaria - SEI nº 063, de 09 de fevereiro de 2026

Altera Equipe de Planejamento da Contratação (EPC)

O Superintendente em exercício do Hospital Universitário Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro da Universidade Federal de Sergipe - HUL-UFS, filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria-SEI nº 2629, de 04 de novembro de 2025, da Diretoria de Gestão de Pessoas da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares –Ebserh, publicada no Boletim de Serviço nº 2167, de 05 de novembro de 2025; e considerando o disposto na Portaria nº 08/2019, publicada no Boletim de Serviço nº 518 de 09/01/2019 que delega competências aos Hospitais Universitários Federais para a prática de atos de gestão;

CONSIDERANDO o disposto no **REGULAMENTO DE COMPRAS E CONTRATOS da EBSEH** versão **3.0**, que trata das regras e diretrizes do procedimento de contratação de bens e serviços, onde, em seu art. 22º, estabelece o procedimento de designação formal da equipe de Planejamento da Contratação;

CONSIDERANDO que a Equipe de Planejamento da Contratação trata-se do conjunto de colaboradores que reúnem as competências necessárias à completa execução das etapas de Planejamento da Contratação, o que inclui conhecimentos sobre aspectos técnicos e de uso do objeto, licitações e contratos, dentre outros, conforme disposto no art. 22º do REGULAMENTO DE COMPRAS E CONTRATOS da EBSEH (RCC versão 3.0);

CONSIDERANDO o constante dos autos dos processos nº 23817.000316/2026-40 e 23817.002046/2026-10.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a Equipe de Planejamento de Contratação, visando a concessão onerosa de espaço público para a exploração comercial de serviço de lanchonete/cantina no Hospital Universitário de Lagarto – Ebserh, conforme Processo SEI nº 23817.002046/2026-10.

Art. 2º A Equipe composta por esta Portaria será integrada pelos seguintes empregados:

- Jamila Oliveira Leite – SIAPE: 228***- **Coordenador da EPC**
- Gilmara Menezes de Carvalho - SIAPE: 223****- **Membro da EPC**
- Edmo Ramos Santos – SIAPE: 313**** - **Membro da EPC**
- Deise Kelly Rios de Souza Silva - SIAPE: 313**** - **Membro da EPC**
- Rose Mary Ribeiro - SIAPE: 313**** - **Membro da EPC**

Art. 3º Compete à Equipe de Planejamento da Contratação:

- Elaborar o Estudo Técnico Preliminar - ETP e Análise de Riscos (pós ETP, pós TR / PB) "Dispensável, nos termos do § 1º do art. 20 do RCC 3.0;"
- Elaborar o Termo de Referência - TR / Projeto Básico - PB;
- Realizar o estudo de mercado e a pesquisa de preços;
- Acompanhar as demais fases da contratação, atuando na pronta resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e impugnações;
- Emitir Parecer sobre ajustes de descritivos, quando necessário;
- Emitir manifestação técnica, quando solicitado pelo(s) agente(s) de contratação, a fim de subsidiar sua decisão; e
- Outras atividades necessárias à completa execução da etapa de planejamento da contratação e apoio técnico à seleção do fornecedor.

Parágrafo Único. A responsabilidade pelas atividades acima elencadas é de todos os integrantes da EPC, que deverão contribuir com sua elaboração e conferência, formalizadas pela assinatura dos documentos.

Art. 4º O prazo para conclusão das atividades do planejamento da contratação, observando o 1º dia útil após a publicação da portaria de nomeação no Boletim de Serviço, é de:

I - 60 (sessenta) dias corridos, para bens e serviços comuns, sem dedicação exclusiva de mão de obra;

II - 120 (cento e vinte) dias corridos, para bens e serviços especiais, obras e serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.

Parágrafo único. Caso seja necessário prazo diverso do inicialmente previsto, a Coordenação da EPC deverá encaminhar expediente à GAD contendo cronograma para realização das atividades, a fim de dar previsibilidade necessária à organização da agenda de licitações e contratações desta unidade hospitalar.

Art. 5º Em atenção ao art. 22, § 5º, do RCC versão 3.0, compete ao coordenador da Equipe de Planejamento da Contratação acompanhar e priorizar as atividades da equipe, informando à autoridade competente, caso seja necessário prorrogar o prazo inicialmente estabelecido.

Art. 6º O presente ato revoga eventuais designações anteriores.

Art. 7º Esta Portaria - SEI entra em vigor na data de sua publicação e tem vigência até a celebração do contrato e/ou assinatura da ata de registro de preços.

ALLAN DANTAS DOS SANTOS

Portaria - SEI nº 064, de 09 de fevereiro de 2026

Altera Equipe de Fiscalização da Contratação (EFC)

O Superintendente em exercício do Hospital Universitário Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro da Universidade Federal de Sergipe - HUL-UFS, filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria-SEI nº 2629, de 04 de novembro de 2025, da Diretoria de Gestão de Pessoas da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares –Ebserh, publicada no Boletim de Serviço nº 2167, de 05 de novembro de 2025; e

considerando o disposto na Portaria nº 08/2019, publicada no Boletim de Serviço nº 518 de 09/01/2019 que delega competências aos Hospitais Universitários Federais para a prática de atos de gestão;

CONSIDERANDO que cabe à Administração, nos termos do artigo 40, Inciso VII da Lei nº 13.303/2016 e do artigo 102 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados por meio de representantes, com vistas a garantir o atendimento dos direitos e obrigações pactuados, assim como o cumprimento da legislação pertinente;

CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter fiscal formal e especialmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados;

CONSIDERANDO que as principais atribuições do Fiscal de Contrato, dentre outras, são:

- Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados;
- Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou prestação de serviços, bem como seus preços e quantitativos estão sendo cumpridos de acordo com o instrumento contratual e instrumento convocatório;
- Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas;
- Indicar eventuais glosas das faturas, com comunicação prévia à Contratada;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23817.017291/2021-17.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar os colaboradores abaixo relacionados para acompanhamento e fiscalização do Contrato 03/2023, celebrado com a empresa **BF Tecnologia, CNPJ: 14.514.567/0001-90**, conforme processo 23817.017291/2021-17.

GESTOR

	NOME	SIAPE
Titular	Wanessa Lima Do Nascimento	351****
Substituto	Gilmara Menezes de Carvalho	223****

FISCAL TÉCNICO

	NOME	SIAPE
Titular	Marcus Vinicius Santana Pletti	195****
Substituto	Gersica Viana Ribeiro	350****

FISCAL ADMINISTRATIVO

	NOME	SIAPE
Titular	Sirlaine Alves da Silva	350****
Substituto	Clayton de Souza Cruz	334****

Art. 2º Compete ao Gestor do Contrato:

I - Conhecer, em sua plenitude, o teor dos instrumentos contratuais sob a sua gestão, inclusive o Termo de Referência ou Projeto Básico e seus anexos, e demais peças integrantes do processo administrativo;

II - Conhecer e zelar pelo cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis aos contratos administrativos, em especial a Lei nº 13.303/2016, IN 05/2017 e alterações posteriores;

III - Coordenar e comandar o processo da execução contratual;

IV - Acompanhar o processo de fiscalização com vistas ao perfeito cumprimento do contrato;

V - Verificar a conformidade da prestação dos serviços ou fornecimento do material contratado;

VI - Certificar quanto à fiel comprovação das despesas e prestação dos serviços contratados, atestando, juntamente com o fiscal técnico ou na ausência deste, os documentos comprobatórios, e/ou registrando e justificando fatos que impeçam o cumprimento do objeto e dos prazos estabelecidos;

VII - Ratificar toda e qualquer alteração na execução do contrato, proposta pelo fiscal técnico, para a autorização da diretoria demandante.

Art. 3º Compete ao Fiscal Técnico do Contrato:

I - Auxiliar o Gestor, ora designado, observando se a Contratada cumpre em sua totalidade as obrigações pactuadas;

II - Conhecer, em sua plenitude, o teor dos instrumentos contratuais sob a sua gestão, inclusive o Termo de Referência ou Projeto Básico e seus anexos, e demais peças integrantes do processo administrativo;

III - Conhecer e zelar pelo cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis aos contratos administrativos, em especial a Lei nº 13.303/2016, IN 05/2017 e alterações posteriores.

IV - Fiscalizar e monitorar a execução, de modo que sejam cumpridas integralmente todas as condições (objeto, prazos, vigência) estabelecidas nas Cláusulas Contratuais;

V - Comunicar à autoridade competente com a antecedência necessária, eventuais falhas, atrasos, ou fatos relevantes que possam inviabilizar o cumprimento do objeto do contrato, dos prazos estabelecidos, ou que acarretem a necessidade de prorrogação de prazos ou de vigência contratual, propondo a aplicação de penalidades ou outras sanções, quando for o caso;

VI - Diligenciar às unidades beneficiárias, quando necessário, visando certificação quanto a informações ou procedimentos que possam inviabilizar ou dificultar a execução, por parte da Contratada;

VII - Responsabilizar-se pelo fornecimento de arquivos, materiais e informações julgadas pertinentes à execução do Contrato, na forma estabelecida no Projeto Básico/Termo de Referência;

VIII - Certificar quanto à fiel comprovação das despesas e prestação dos serviços contratados, atestando os documentos comprobatórios, e/ou registrando e justificando fatos que impeçam o cumprimento do objeto e dos prazos estabelecidos;

Art. 4º Compete ao Fiscal Administrativo do Contrato:

I - Acompanhar administrativamente a execução do Contrato, supervisionando sua execução orçamentária;

II - Emitir as certidões de regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor, antes do envio da fatura para pagamento;

III - Atestar que a documentação de cobrança apresentada se encontra na forma estabelecida no contrato;

IV - Efetuar a instrução processual para fins de pagamento, na forma convencionada no instrumento contratual;

V - Prestar orientações técnicas à unidade demandante e à Contratada, relativas à observância das condições pactuadas, no que diz respeito aos prazos de execução, faturamento e pagamento e outros esclarecimentos que venham a ser solicitados;

VI - Recusar, com a devida justificativa qualquer documento ou nota fiscal encaminhado pelo fiscal do contrato que se encontre em desacordo com as condições estabelecidas no contrato;

VII - Realizar toda e qualquer ação pertinente à alteração contratual.

Parágrafo Único. Será dispensada a designação do Fiscal Administrativo em Contratos cujo objeto não englobe Dedicção Exclusiva de Mão de Obra ou Serviços de Tecnologia da Informação, de que trata a IN nº 01/2019. Neste caso, as competências inerentes ao Fiscal Administrativo serão incorporadas pelo Gestor e Fiscal Técnico do Contrato.

Art. 5º Os colaboradores aqui designados ficam orientados a buscarem meios de capacitação e/ou reciclagem contínua sobre o tema fiscalização de contratos, dando preferência às capacitações disponibilizadas pelas escolas de governo, ou, na ausência dessas, manifestando a necessidade à alta gestão do HUL-UFS, visando prestar a atividade da melhor forma possível.

Art. 6º Além das competências descritas nos Arts. 2º, 3º e 4º, compete aos integrantes da Equipe de Fiscalização Contratual o cadastramento e a alimentação recorrente dos dados de faturas atestadas no sistema Comprasnet Contratos, bem como outras demandas que porventura sejam incorporadas ao sistema supracitado e sejam inerentes às suas funções.

Art. 7º O presente ato revoga eventuais designações anteriores.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALLAN DANTAS DOS SANTOS

Portaria - SEI nº 065, de 09 de fevereiro de 2026

Altera Portaria nº 637, de 09 de dezembro de 2025.

O Superintendente em exercício do Hospital Universitário Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro da Universidade Federal de Sergipe - HUL-UFS, filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria-SEI nº 2629, de 04 de novembro de 2025, da Diretoria de Gestão de Pessoas da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares –Ebserh, publicada no Boletim de Serviço nº 2167, de 05 de novembro de 2025; e considerando o disposto na Portaria nº 08/2019, publicada no Boletim de Serviço nº 518 de 09/01/2019 que delega competências aos Hospitais Universitários Federais para a prática de atos de gestão;

CONSIDERANDO que cabe à Administração, nos termos do artigo 40, Inciso VII da Lei nº 13.303/2016 e do artigo 102 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados por meio de representantes, com vistas a garantir o atendimento dos direitos e obrigações pactuados, assim como o cumprimento da legislação pertinente;

CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter fiscal formal e especialmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados;

CONSIDERANDO que as principais atribuições do Fiscal de Contrato, dentre outras, são:

Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados;

Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou prestação de serviços, bem como seus preços e quantitativos estão sendo cumpridos de acordo com o instrumento contratual e instrumento convocatório;

Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas;

Indicar eventuais glosas das faturas, com comunicação prévia à Contratada.;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23817.001807/2025-27

CONSIDERANDO o teor da Portaria nº 637, de 09 de dezembro de 2025, que designou a Equipe responsável pelas atas oriundas do Pregão Eletrônico nº 90032/2025;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação da composição das atas de registro de preços vinculadas ao referido Pregão Eletrônico;

CONSIDERANDO o Despacho SEI nº 57743069, que fundamenta a presente alteração;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a Portaria nº 637, de 09 de dezembro de 2025, que dispõe sobre as atas oriundas do Pregão Eletrônico nº 90032/2025, a fim de substituir o objeto da fiscalização, que passa a contemplar as seguintes Atas de Registro de Preços: nº 29, 186, 189, 194, 195, 201, 203, 205 e 211, permanecendo inalterada a composição da equipe de fiscalização.

GESTOR DE ATA

	NOME	SIAPE
Titular	Analine Dos Anjos Santos Corumba	332****
Substituto	Ofélia Maria de Jesus Lisboa	225****

FISCAL DE ATA

	NOME	SIAPE
Titular	Ariane De Carvalho Viana	313****
Substituto	Marianne Nascimento Andrade	119****

Art. 2º Compete ao Gestor do Contrato:

I - Conhecer, em sua plenitude, o teor dos instrumentos contratuais sob a sua gestão, inclusive o Termo de Referência ou Projeto Básico e seus anexos, e demais peças integrantes do processo administrativo;

II - Conhecer e zelar pelo cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis aos contratos administrativos, em especial a Lei nº 13.303/2016, IN 05/2017 e alterações posteriores;

III - Coordenar e comandar o processo da execução contratual;

IV - Acompanhar o processo de fiscalização com vistas ao perfeito cumprimento do contrato;

V - Verificar a conformidade da prestação dos serviços ou fornecimento do material contratado;

VI - Certificar quanto à fiel comprovação das despesas e prestação dos serviços contratados, atestando, juntamente com o fiscal técnico ou na ausência deste, os documentos comprobatórios, e/ou registrando e justificando fatos que impeçam o cumprimento do objeto e dos prazos estabelecidos;

VII - Ratificar toda e qualquer alteração na execução do contrato, proposta pelo fiscal técnico, para a autorização da diretoria demandante.

Art. 3º Compete ao Fiscal Técnico do Contrato:

I - Auxiliar o Gestor, ora designado, observando se a Contratada cumpre em sua totalidade as obrigações pactuadas;

II - Conhecer, em sua plenitude, o teor dos instrumentos contratuais sob a sua gestão, inclusive o Termo de Referência ou Projeto Básico e seus anexos, e demais peças integrantes do processo administrativo;

III - Conhecer e zelar pelo cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis aos contratos administrativos, em especial a Lei nº 13.303/2016, IN 05/2017 e alterações posteriores.

IV - Fiscalizar e monitorar a execução, de modo que sejam cumpridas integralmente todas as condições (objeto, prazos, vigência) estabelecidas nas Cláusulas Contratuais;

V - Comunicar à autoridade competente com a antecedência necessária, eventuais falhas, atrasos, ou fatos relevantes que possam inviabilizar o cumprimento do objeto do contrato, dos prazos estabelecidos, ou que acarretem a necessidade de prorrogação de prazos ou de vigência contratual, propondo a aplicação de penalidades ou outras sanções, quando for o caso;

VI - Diligenciar às unidades beneficiárias, quando necessário, visando certificação quanto a informações ou procedimentos que possam inviabilizar ou dificultar a execução, por parte da Contratada;

VII - Responsabilizar-se pelo fornecimento de arquivos, materiais e informações julgadas pertinentes à execução do Contrato, na forma estabelecida no Projeto Básico/Termo de Referência;

VIII - Certificar quanto à fiel comprovação das despesas e prestação dos serviços contratados, atestando os documentos comprobatórios, e/ou registrando e justificando fatos que impeçam o cumprimento do objeto e dos prazos estabelecidos;

Art. 4º Compete ao Fiscal Administrativo do Contrato:

I - Acompanhar administrativamente a execução do Contrato, supervisionando sua execução orçamentária;

II - Emitir as certidões de regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor, antes do envio da fatura para pagamento;

III - Atestar que a documentação de cobrança apresentada se encontra na forma estabelecida no contrato;

IV - Efetuar a instrução processual para fins de pagamento, na forma convencionada no instrumento contratual;

V - Prestar orientações técnicas à unidade demandante e à Contratada, relativas à observância das condições pactuadas, no que diz respeito aos prazos de execução, faturamento e pagamento e outros esclarecimentos que venham a ser solicitados;

VI - Recusar, com a devida justificativa qualquer documento ou nota fiscal encaminhado pelo fiscal do contrato que se encontre em desacordo com as condições estabelecidas no contrato;

VII - Realizar toda e qualquer ação pertinente à alteração contratual.

Parágrafo Único. Será dispensada a designação do Fiscal Administrativo em Contratos cujo objeto não englobe Dedicção Exclusiva de Mão de Obra ou Serviços de Tecnologia da Informação, de que trata a IN nº 01/2019. Neste caso, as competências inerentes ao Fiscal Administrativo serão incorporadas pelo Gestor e Fiscal Técnico do Contrato.

Art. 5º Os colaboradores aqui designados ficam orientados a buscarem meios de capacitação e/ou reciclagem contínua sobre o tema fiscalização de contratos, dando preferência às capacitações disponibilizadas pelas escolas de governo, ou, na ausência dessas, manifestando a necessidade à alta gestão do HUL-UFS, visando prestar a atividade da melhor forma possível.

Art. 6º Além das competências descritas nos Arts. 2º, 3º e 4º, compete aos integrantes da Equipe de Fiscalização Contratual o cadastramento e a alimentação recorrente dos dados de faturas

atestadas no sistema Comprasnet Contratos, bem como outras demandas que porventura sejam incorporadas ao sistema supracitado e sejam inerentes às suas funções.

Art. 7º O presente ato revoga eventuais designações anteriores.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

ALLAN DANTAS DOS SANTOS

Portaria - SEI nº 066, de 09 de fevereiro de 2026

RESULTADO PRELIMINAR - ELEIÇÃO PARA SUPERVISOR(A) E VICE-SUPERVISOR(A) DOS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MÉDICA DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE LAGARTO

O Superintendente em exercício do Hospital Universitário Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro da Universidade Federal de Sergipe - HUL-UFS, filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria-SEI nº 2629, de 04 de novembro de 2025, da Diretoria de Gestão de Pessoas da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares –Ebserh, publicada no Boletim de Serviço nº 2167, de 05 de novembro de 2025; e considerando o disposto na Portaria nº 08/2019, publicada no Boletim de Serviço nº 518 de 09/01/2019 que delega competências aos Hospitais Universitários Federais para a prática de atos de gestão;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo 23817.001341/2026-41;

CONSIDERANDO a Retificação do Edital nº 01/2026 – COREME/HUL/UFS (Eleição para supervisor(a) e vice-supervisor(a) dos programas de residência médica do hospital universitário de lagarto), publicada no Boletim de Serviço HUL Nº 712, de 29 de janeiro de 2026;

CONSIDERANDO o encerramento do prazo para votação, conforme estabelecido na RETIFICAÇÃO DO EDITAL nº 01/2026 – COREME/HUL/UFS;

CONSIDERANDO o item 6.2. Havendo apenas uma chapa inscrita para determinado Programa de Residência Médica, esta será considerada eleita desde que obtenha a maioria simples dos votos

dos preceptores da área, correspondente a 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) e; 6.3. Havendo duas ou mais chapas inscritas, será eleita a chapa que obtiver o maior número de votos dos preceptores da respectiva área;

CONSIDERANDO o artigo 17 do Regimento Interno da COREME/HUL-UFS que define a possibilidade de eleição ou indicação conforme o descrito "*Art. 17. A eleição/escolha/indicação de Supervisor/Coordenador de área e vice- Supervisor/Coordenador de área de cada Programa de Residência Médica do HUL/UFS/EBSERH, obedecerá aos seguintes requisitos: I. Serão indicados 1 (um) Supervisor de cada área e seu Vice, dentre os docentes da UFS e Preceptores do HUL/UFS/EBSERH para cada Programa de Residência Médica desta instituição;*" e

CONSIDERANDO que os preceptores efetivamente ativos da especialidade da cirurgia geral não compareceram em número maior ou igual a 50%, a Gerência de Ensino e Pesquisa do HUL juntamente com a coordenação da COREME decidem pela indicação do supervisor e vice supervisor da referida especialidade;

RESOLVE:

Art. 1º Divulgar o **RESULTADO PRELIMINAR** do processo eleitoral para Supervisor(a) e Vice supervisor(a) dos Programas de Residência Médica do Hospital Universitário de Lagarto – HUL/UFS, conforme relação a seguir:

CIRURGIA GERAL

- Daniel Vieira de Oliveira e Camila Moraes Barros - 3 votos
- Nulo - 0 votos

CLÍNICA MÉDICA

- Martins Dionizio dos Santos Júnior e Victor de Oliveira Sousa Guimarães - 3 votos
- Isabella Maria da Silva Cardoso e Roberto Santos Júnior - 35 votos
- Nulo - 2 votos

ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA

- Érico de Pinho Menezes e Adolfo dos Santos Sirqueira - 14 votos
- Nulo - 0 votos

PEDIATRIA

- Camile D'Ávila Levita e Poliana Costa Mamede - 12 votos
- Nulo - 0 votos

O prazo para interposição de recurso, conforme estabelecido no Edital, será de **09/02/2026 a 11/02/2026** e deverá ser apresentado presencialmente na Secretaria da COREME/HUL ou enviado por via eletrônica pelo e-mail: **coreme.hul@ebserh.gov.br**

ALLAN DANTAS DOS SANTOS